

MOÇÃO

Fazer frente à poluição do ar

“Investir em ar limpo salva vidas de pessoas, combate as alterações climáticas, fortalece economias, constrói sociedades mais justas e promove os objetivos de desenvolvimento sustentável”.

António Guterres, Secretário-Geral da ONU

7 de setembro é o Dia Internacional do Ar Limpo, data designada pela Assembleia Geral da ONU a 19 de dezembro de 2019.

Na mensagem de 2024 sobre este evento, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, refere que o ar poluído provoca anualmente, em todo o mundo, mais de 8 milhões de mortes prematuras, das quais 700.000 são crianças com menos de cinco anos. Salienta ainda que é possível e necessário fazer frente a esse “assassino silencioso” que é a poluição.

A poluição do ar aquece o planeta, aprofunda a crise climática e já é o segundo principal fator de risco de morte, sendo responsável por 48% dos casos de doença pulmonar obstrutiva crónica a nível mundial. No nosso país, de acordo com o Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME), a exposição média anual de cada pessoa é 1,7 vezes (quase o dobro) da indicada pela Organização Mundial de Saúde, e têm ocorrido 20 mortes por 100.000 pessoas, atribuíveis à poluição por partículas finas (PM_{2,5}). Os dados sobre anos de vida perdidos com outros poluentes, como o dióxido de azoto (NO₂) e ozono (O₃), são também preocupantes. A Agência Europeia do Ambiente, na sua publicação “*Air pollution and children’s health*” de Abril de 2023, realça a especial vulnerabilidade das crianças face à poluição do ar.

Na sua mensagem deste ano, o Secretário-Geral das Nações Unidas incita os decisores políticos e as empresas a abandonarem progressivamente os combustíveis fósseis, a estimular o recurso às energias renováveis e a disponibilizar modos de transporte não poluentes, entre outras medidas.

Por outro lado, a qualidade do ar está também associada à questão, infelizmente tão atual, dos fogos rurais. A emissão de compostos orgânicos voláteis e diversos aerossóis (altamente cancerígenos com exposição direta), bem como de óxidos de azoto (NO_x), é um dos efeitos dos fogos florestais com incidência na saúde humana, especialmente nos mais vulneráveis, dado que a exposição ao fumo acarreta consequências respiratórias, cardiovasculares e oftalmológicas. Assim, os municípios deveriam ter instrumentos de monitorização da qualidade do ar nestas circunstâncias e alertar a população para os riscos associados.

Dando sequência às chamadas de atenção da ONU, para além das ações da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) – entidades a quem foram atribuídas competências para assegurar a qualidade do ar – impõe-se uma intervenção mais decisiva das autarquias.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, reunida em sessão ordinária a 30 de setembro de 2024, delibera:

- 1. Apelar à Câmara Municipal do Porto que, através de uma parceria com a academia e/ou outras entidades qualificadas, proceda à identificação das principais fontes de poluição do ar no município e seus impactos na saúde pública;**
- 2. Que sejam definidas “zonas de ar limpo” nas imediações de escolas, jardins de infância e outros locais onde se deva limitar a circulação de veículos poluentes e implementar outras medidas, como a criação de espaços verdes, para proteger crianças e adolescentes da poluição do ar;**
- 3. Que durante os incêndios, monitorize a qualidade do ar e divulgue os dados de forma acessível à população, alertando a sobre os riscos associados à exposição a partículas finas (PM10 e PM2,5), que podem viajar a longas distâncias e causar problemas respiratórios.**

Pelo Bloco de Esquerda,

Pedro Lourenço